



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

Nos últimos anos, é cada vez mais vulgar, em Macau, as pessoas encomendarem, através da internet, alimentos já confeccionados e, como consequência, aconteceram vários problemas relacionados com a segurança alimentar e isto constitui um desafio para a fiscalização dessa segurança. Em finais do passado mês de Março, a Administração implementou o Plano de registo para o sector alimentar, isto é, pretende-se, mediante o registo, estabelecer um regime sistemático de gestão e de rastreamento de origem, bem como ajudar os operadores do sector a melhor cumprirem os deveres consagrados pela Lei da Segurança Alimentar e, caso ocorra algum incidente neste âmbito, pode o Centro de Segurança Alimentar facultar, de imediato, as respectivas informações aos operadores, no sentido de divulgar o local de origem do produto em causa e seguir o destino do mesmo, evitando, assim, a propagação do problema e protegendo a segurança alimentar de Macau.

No mês passado, a Administração revelou que mais de 50 contas de vendas online de produtos alimentares encontradas nas redes sociais e nos fóruns não têm lojas físicas, entre as quais, 16 estão registadas e as restantes estão encerradas ou deixaram de exercer a sua actividade; o IACM vai continuar a fiscalizar as contas não registadas. Quanto às que têm lojas físicas, as mesmas vão ser fiscalizadas como lojas de takeaway.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

No entanto, como o dito plano de registo é de natureza voluntária, mesmo que o operador que vende alimentos através da internet não tenha o registo feito, este também não sofre quaisquer consequências; quanto às lojas online que não têm lojas físicas, é impossível que a Administração consiga fiscalizá-las como lojas de takeaway e muito menos que consiga fiscalizar, de forma regular, os alimentos que vendem, o respectivo processo de fabricação, assim como as instalações de conservação de alimentos. Só quando ocorrer algum incidente no âmbito da segurança alimentar, é que a Administração pode intervir, o que em nada contribui para a salvaguarda da saúde pública e a fiscalização da segurança alimentar.

---

Assim sendo, gostaria de apresentar as seguintes questões:

1. Com vista a descobrir, atempadamente, os alimentos com problemas e impedir a sua entrada no mercado, como é que a Administração vai fiscalizar os operadores que não têm lojas físicas, mas vendem alimentos já confeccionados através da internet, depois de estes aderirem ao Plano de registo para o sector alimentar e de terem o registo feito, isto é, vai proceder a uma fiscalização regular dos alimentos que vendem, do respectivo processo de fabricação, assim como das instalações de conservação de alimentos?

2. Com vista a garantir a segurança alimentar, de que medidas dispõe a Administração para fiscalizar os alimentos vendidos pelos operadores que não aderem ao tal plano?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

3. Com vista a uma fiscalização sistemática da segurança alimentar, vai a Administração legislar para fiscalizar e controlar os vendedores online?

5 de Agosto de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,  
Kwan Tsui Hang**